

Confiantes de que problemas do Mundo serão encarados com realismo

SM 850104

5/1/85

— Presidente Samora Machel ao discursar ontem na cerimónia com o Corpo Diplomático acreditado no nosso País

Na recepção de Ano Novo que ontem ofereceu ao Corpo Diplomático acreditado no nosso País, o Presidente Samora Machel proferiu um discurso, o qual publicamos na íntegra:

Sua Excelência,
VACLAN BREZAC,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Socialista da Checoslováquia,
Representante do Corpo Diplomático acreditado na República Popular de Moçambique,
Senhores Embaixadores,
Senhores membros do Corpo Diplomático,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Gostáramos de exprimir os nossos sinceros agradecimentos pelas palavras amigas e amáveis proferidas pelo Representante do Corpo Diplomático acreditado no nosso País.

São palavras que transportam mensagem de amizade e solidariedade dos povos aqui dignamente representados por Vossas Excelências para o Povo moçambicano.

A vossa presença nesta confraternização tem para nós um significado muito profundo, cujo alcance vai além do estreitamento das relações bilaterais com cada um dos vossos países.

Este encontro permite-nos fazer o balanço do que têm sido as nossas relações e passarmos em revista os principais problemas que afectam os nossos povos e países na luta pela liberdade e independência, pela paz, progresso e bem-estar da humanidade.

Em 1984, demos passos importantes para a materialização dos objectivos definidos pelo IV Congresso do Partido Frelimo: Defender a Pátria, Vencer o Subdesenvolvimento, Construir o Socialismo.

No escrupuloso cumprimento destes objectivos temos desenvolvido acções políticas, militares e diplomáticas, que contribuíram para a alteração da situação a favor da harmonia, da igualdade entre os povos e os homens e do seu desenvolvimento económico e social em cada região e no mundo inteiro.

Senhores membros do Corpo Diplomático,

Apreciamos a forma atenta e interessada como têm acompanhado a situação económica e social do nosso País.

Sofremos ainda os efeitos da prolongada e persistente seca, a pior dos últimos 50 anos que, de Norte a Sul, em quase toda a linha da nossa costa e no interior, vai causando vitimas humanas, destrói a fauna e devasta a Natureza. Esta calamidade afecta mais de 6 das nossas 10 províncias, nomeadamente as províncias de Tete, Namúbia, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo, abrangendo cerca de 50% do total da nossa população.

A junta-se a esta catástrofe, fomos vítimas da depressão «dominante» na parte Sul do País. Ela veio a ocorrer precisamente no momento em que se vislumbravam já boas perspectivas para a campanha agrícola de 1984, que mobilizou os esforços de todo o nosso Povo.

Situações como estas exigem uma solução que ultrapasse os nossos próprios recursos, capacidades e capacidades.

A Comunidade Internacional soube compreender esta realidade difícil porque os Senhores membros do Corpo Diplomático aqui presentes subaram transmitir com clareza aos seus Governos e povos a realidade das nossas dificuldades.

Por isso reafirmamos, em nome do Povo moçambicano e do Governo da República Popular de Moçambique, o nosso alto apreço pelo apoio e solidariedade recebidos da Comunidade Internacional durante estes momentos difíceis. Esperamos que o vosso apoio continue, sabendo que o nosso Povo tudo faz para reestabelecer a sua auto-suficiência no mais curto espaço de tempo que as condições naturais o permitirem.

O vosso apoio deve também dirigir-se a estes esforços do nosso Povo, porque a verdadeira resposta ao problema reside na capacidade do nosso País desafiá-la à Natureza. É preciso que dum maneira progressiva e rápida sejam criadas as condições para tal necessidade.

Senhores membros do Corpo Diplomático,

Não são só estas calamidades naturais que nos últimos anos têm afectado o nosso desenvolvimento sócio-económico. O banditismo armado, o terrorismo organizado, e das piores calamidades impostas pela conspiração internacional imperialista ao nosso jovem Estado, livre, soberano e independente.

Quando em 25 de Junho de 1975, proclamámos a nossa independência, pensávamos que, alcançada a paz, nos poderíamos dedicar essencialmente à reconstrução da nossa vida e da nossa terra.

O banditismo armado, instrumento da política de desestabilização movida por forças estrangeiras contra o nosso País, obrigou o nosso Povo a suportar a guerra por outros 10 anos mais.

A luta pela nossa independência nacional tinha como objectivo estabelecer a paz, condição primordial para o desenvolvimento económico e o progresso social.

Sempre animados pelo nobre ideal de servir o nosso Povo e da respon-

der à sua iniciativa e aos seus anseios de construir uma Pátria socialista, temos envidado esforços com vista ao estabelecimento da paz e segurança na África Austral.

O Acordo de Nkomati, assinado em 16 de Março de 1984 entre a República Popular de Moçambique e a República da África do Sul, incorpora todos os princípios universais que sempre foram a razão da nossa luta: a paz, a estabilidade, boa vizinhança, coexistência pacífica, renúncia ao uso da força e a não-agressão.

Consideramos que o Acordo de Nkomati é um factor importante para o estabelecimento da paz na África Austral, um elemento vital para a segurança na região. Estabelecendo a boa vizinhança, contribui para a promoção da cooperação, pondo as imensas riquezas potenciais da África Austral ao serviço dos seus povos.

O Povo moçambicano saudou com entusiasmo o Acordo de Nkomati. O nosso Povo e a região estão apreensivos por causa do clima de violência e terror que continua.

Sabemos também que a Comunidade Internacional está preocupada por causa de acções que têm visado a não aplicação plena do espírito do Acordo de Nkomati por ainda não ter produzido o fruto principal que é a segurança, a estabilidade, a paz.

A violência e o terrorismo continuam a ceifar vidas e a provocar destruições na República Popular de Moçambique. Há factos que indicam a existência de violações do Acordo de Nkomati a partir do território sul-africano e de outros países vizinhos de Moçambique.

Há, todavia, declarações e compromissos do Governo sul-africano em empenhar todos os seus esforços no cumprimento pleno da letra e do espírito do Acordo de Nkomati.

O nosso Povo, herdeiro de uma tradição heroica de resistência e luta, e inspirado na clareza dos princípios que o guiam, está determinado a desferir o golpe final aos bandidos armados e a frustrar os intentos dos seus mentores.

Mantendo a tradição da Luta Armada da Libertação Nacional, o nosso Governo anunciou a intenção de decretar uma amnistia em Setembro último. As medidas de clemência anteriormente anunciadas são a demonstração da seriedade do nosso Governo e da tolerância que o nosso Povo está disposto a conceder como última oportunidade de reintegração dos bandidos armados na sociedade moçambicana.

No entanto, o nosso Povo continuará a punir com severidade a todos aqueles que persistem na via do terrorismo. Não venham os falsos humanistas ver nisso qualquer espécie de desrespeito pelas vidas humanas ou pelos direitos humanos.

Antes pelo contrário. Esta é a única alternativa que o terrorismo nos deixa para preservar as vidas e os direitos humanos de milhões de moçambicanos. Não falamos de direitos humanos apenas como um conceito abstracto. Falamos dos direitos de um povo pacífico: Falamos do direito à vida e ao trabalho pacífico de cada cidadão moçambicano. Falamos do direito de cada cidadão estrangeiro que conosco trabalha na construção do nosso País e do desenvolvimento da amizade e cooperação entre os nossos povos.

A guerra não declarada, as agressões, a chantagem, o banditismo armado, o terrorismo organizado, continuam a ser instrumentos da conspiração imperialista que através de alguns países vizinhos e utilizando como base capitais de alguns países do Ocidente, procuram impedir a consolidação de Estados verdadeiramente democráticos, populares e anti-racistas na região.

O «apartheid» continua ainda a ser uma ameaça à paz e estabilidade na região. Durante o ano de 1984, continuámos a admirar a determinação do Povo sul-africano em criar na sua própria terra, uma nova ordem democrática, social e anti-racial.

Esta luta prova que a eliminação do «apartheid» continua a ser o factor decisivo para a resolução do conflito que opõe o Povo sul-africano ao Governo de Pretória.

Na Namíbia, o regime do «apartheid» não só persiste na ocupação daquele território, em flagrante desatendimento das disposições internacionais consagradas na Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como também intensifica a repressão e exploração do Povo namibiano.

Moçambique reitera o seu total apoio à justa luta do Povo da Namíbia pela sua independência e apela todas as iniciativas que conduzam ao fim da guerra.

A África do Sul, apesar do compromisso assinado com o Governo legítimo do MPLA, continua a ocupar a parte sul do território de Angola. O Povo angolano continua a sentir na carne a violência da guerra de agressão.

A República Popular de Moçambique, consciente da necessidade urgente do fim da guerra e da retirada das tropas sul-africanas do território angolano, reitera o seu apoio a todas as iniciativas do Governo da República Popular de Angola para aplicação da plataforma das negociações globais com o Governo da República da África do Sul, conducentes ao estabelecimento de um clima de paz e segurança no seu país.

O fim da guerra, das agressões e hostilidades no território angolano e nas fronteiras entre a África do Sul e seus vizinhos, seria um valioso contributo para o estabelecimento da paz real na zona austral da África.

Cometa também a Comunidade Internacional envidar esforços neste sentido.

Senhores Embaixadores,

A situação na África Austral é aquela onde a nossa diplomacia mais esforços tem empreendido. É ainda uma zona de tensão onde muito trabalho tem de continuar a ser realizado para finalmente os povos da região possam viver em paz e tranquilidade, depois de quase três decénios terem sido vítimas da violência e do confronto. O esforço da nossa diplomacia tem também sido orientado:

- para contribuir para a diminuição da tensão em zonas riarçadas pela violência e pela guerra;

- para reduzir e neutralizar o campo de manobra dos inimigos da República Popular de Moçambique;

- para ganhar mais amigos, trabalhando com eles principalmente onde os nossos pontos convergem;

- para o reforço da unidade africana no seio da Organização da Unidade Africana e da acção dinâmica do Movimento dos Países Não-Alinhados;

- para consolidar a aliança com os nossos amigos tradicionais, os países socialistas.

Dentro dos limites das nossas capacidades, temos actuado na ainda

particularmente dirigidos contra os povos da América Central.

A República Popular de Moçambique continuará a defender o princípio de diálogo para a solução pacífica dos problemas que afectam esta região. Neste sentido, as conversações directas entre a Nicarágua e os Estados Unidos da América, entre Cuba e os Estados Unidos da América, são iniciativas encorajadoras. Continuamos a depositar a nossa esperança nos esforços do «Grupo Contadora» na busca da paz na região, em particular na Nicarágua, onde o Governo legítimo de Managua tem sido confrontado com uma agressão de proporções alarmantes.

Consideramos positivos os contactos e a via do diálogo abertos entre as partes beligerantes em El Salvador com vista a encontrar uma solução pacífica para o conflito. Apoiámos a luta e as posições defendidas pela Frente Farabundo Martí pela conquista da democracia e liberdade para o povo.

Na Ásia apoiamos as propostas e os esforços do Governo da República Popular Democrática da Coreia para a reunificação pacífica da Pátria coreana e o estabelecimento da paz e segurança na península coreana.

Preocupamo-nos a situação prevalente no Camboja e o conflito entre a China e o Vietname, dois países socialistas. Apoiámos as iniciativas que conduzam a uma solução global justa dos conflitos prevalentes na Índia

solidariedade e cooperação do Povo moçambicano com os outros povos.

Efectuámos visitas de Estado e de trabalho à República Popular do Congo, à República do Zaire, à Etiópia Socialista e à República do Malawi. Nestas visitas, reforçámos o espírito da unidade e cooperação africanas.

Visitámos a República Popular da China, República Popular Democrática da Coreia, República Socialista do Vietname, República Socialista da Roménia e República Popular da Bulgária. Tivemos também importantes conversações em Bucareste, com o Presidente Erich Honnecker, da República Democrática Alemã.

Estas visitas contribuíram para o aprofundamento das nossas relações de amizade e cooperação com os nossos amigos tradicionais. Contribuíram para uma maior inserção da República Popular de Moçambique no conjunto dos países socialistas a que pertencemos.

Neste âmbito recebemos em visitas oficiais o Presidente da República de Bourkina Fasso, o Primeiro-Ministro de Portugal, o Primeiro-Ministro da Bulgária, o Vice-Presidente da República Popular Democrática da Coreia. Em importantes visitas de trabalho, estivemos no nosso País, os Presidentes da República Unida da Tanzânia, da República Árabe Saaraui Democrática, da República Popular de Angola.

Durante o ano que findou, a República Popular de Moçambique participou em várias reuniões internacionais.

cional espírito de unidade e solidariedade, manifestaram o seu inequívoco apoio às iniciativas de paz de Angola e Moçambique.

No quadro do desenvolvimento das relações com outros Povos e Estados, procedemos à acreditação de nossos Embaixadores na República Democrática Alemã, nos Estados Unidos da América, na República Popular Democrática da Coreia e no Império do Japão. De igual modo tivemos a alegria de acolher, pela primeira vez no nosso País, os Embaixadores da Organização de Libertação da Palestina, da República Popular do Bangladesh e da República Popular e Socialista da Albânia.

Estas presenças ampliam o campo da nossa colaboração diplomática, e são elemento importante para a promoção do conhecimento, entendimento, da paz e cooperação entre os nossos povos.

Faça-se constantes ameaças à paz e segurança internacionais, é dever fundamental de todas as forças amantes da paz lutar pela criação de uma paz duradoura e amizade permanente entre os povos no interesse de toda a Humanidade.

Constitui uma das maiores aspirações da República Popular de Moçambique, País africano, não-alinhado e socialista, amante da paz, a luta pelo desarmamento geral e completo, incluindo o desarmamento nuclear e cósmico.

As conversações a ter lugar em Genebra, na próxima semana, entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, são encorajadoras com muita expectativa pelos povos.

A República Popular de Moçambique continuará a envidar esforços no sentido de se adoptarem medidas concretas para a transformação do Oceano Índico em zona de paz e desnuclearização.

Acreditamos que a verdadeira libertação dos países em desenvolvimento passa inevitavelmente pela contenção da corrida aos armamentos e canalização dos fabulosos recursos que hoje são dedicados à preparação da guerra, para o desenvolvimento dos povos.

Senhores Embaixadores,

Partilhamos a tese segundo a qual a presente ordem económica internacional é irracional, injusta e incompatível com as verdadeiras aspirações dos povos. Ela está virada essencialmente contra os interesses básicos dos países em desenvolvimento e não corresponde à verdadeira filosofia do desenvolvimento e progresso da sociedade humana.

Ela requer o exercício por cada povo do seu direito pleno e permanente sobre os seus recursos naturais. É necessário que o diálogo Norte/Sul produza efeitos práticos e não continue a ser dominado pela obstinção e egoísmo dos países do Norte. As relações equitativas e o estabelecimento de relações como parceiros iguais, pressupõe o abandono da prática do hegemonismo económico, da pilhagem de recursos naturais, da baixa constante e sistemática do preço dos produtos exportados pelos países do Sul.

A República Popular de Moçambique é partidária da promoção das suas relações económicas, com todos os países do mundo na base da reciprocidade de vantagens e benefício mútuo. Neste contexto, o aprofundamento das relações de cooperação Sul/Sul assume particular relevância.

A República Popular de Moçambique, no quadro do reforço das rela-

ções económicas e financeiras internacionais, aprovou recentemente a Lei dos Investimentos Estrangeiros e aderiu ao Fundo Monetário Internacional, às suas instituições e à Convenção de Lomé III.

Senhores membros do Corpo Diplomático,

Acaba de terminar mais um ano. Estamos confiantes de que os problemas que a Humanidade enfrenta, por mais complexos que se apresentem, serão encarados com mais sensatez e realismo no sentido de se encontrar soluções que satisficam as legítimas aspirações dos povos.

Somos, por natureza, optimistas, procuramos manter sempre bem alto o espírito de confiança, mesmo em condições adversas.

Iniciamos o ano de 1985 sob o signo de alguns aspectos encorajadores, como assinalámos atrás, que podem vir a contribuir para a criação de um clima de paz, segurança e desarmamento internacional, por que lutam os povos de todo o Mundo.

Queremos, nesta ocasião, enviar as nossas saudações aos cidadãos dos vossos países que conosco trabalham, pela sua dedicação e entusiasmo.

Louvamos com todo o respeito e admiração os que se sacrificaram pelo desenvolvimento da República Popular de Moçambique. Com o seu sangue, misturado com o sangue de muitos moçambicanos, selaram a amizade entre os nossos povos.

A todos os que partilham conosco estes momentos da Reconstrução Nacional, vão os nossos votos de sucessos e felicidades neste novo ano de 1985.

Sabemos, o quanto tem sido grande a preocupação para os vossos Governos e para as vossas Embaixadas, pela segurança dos cooperantes na República Popular de Moçambique perante os actos de terrorismo cometido pelos bandidos armados.

Queremos afirmar-vos que iniciativas estão já a ser tomadas pelo Governo no sentido de se reforçar a sua segurança com maior eficácia e garantir maior tranquilidade no cumprimento das suas missões.

Excelências,

Peço que façam chegar aos Vossos Distintos Chefes de Estado e de Governo, que muito estimamos, bem como aos Vossos Povos, os nossos desejos da felicidades e progressos.

Aos Senhores membros do Corpo Diplomático acreditados no nosso País e suas famílias, desejamos também um ano novo feliz e próspero e muitos sucessos no desempenho da vossa nobre tarefa na República Popular de Moçambique.

A todos desejo um bom ano de 1985 e convido que se juntem a mim num brinde:

- à amizade e cooperação entre os nossos Povos e Estados;

- à saúde e felicidade de todos os presentes;

- à Paz em todos os continentes;

- Feliz Ano Novo!

Muito Obrigado!

A Luta Continua!



Um aspecto da apresentação dos cumprimentos do Ano Novo ao Presidente Samora Machel e esposa pelo Corpo Diplomático.

bem complexa situação internacional, em que a agressividade do imperialismo se faz sentir com muita intensidade.

O perigo desta situação faz, contudo, reforçar a consciência da unidade regional e continental, a luta dos povos ganha novo ímpeto, obrigando em muitas regiões do mundo, as forças belicistas e imperialistas a importantes recuos.

A recente 20.ª Cimeira da Organização da Unidade Africana, realizada em Adis Abeba, é prova que é possível frustrar as manobras de divisão e de chantagem, quando os representantes dos povos fazem prevalecer o espírito da unidade perante as ameaças que recaem sobre o Continente.

A unidade africana foi ameaçada. No entanto, os povos africanos souberam revelar maturidade e alta responsabilidade ao preservarem a sua unidade, reforçando assim o papel internacional da sua Organização Continental.

Comprovando este facto, a tomada do seu lugar na Organização da Unidade Africana pela República Árabe Saaraui Democrática como membro de pleno direito, constitui um testemunho inequívoco da homenagem e do reconhecimento de toda a África da justiça da causa libertadora do Povo saaraui.

Esta vitória é o resultado dos sucessos alcançados pelo Povo saaraui no campo de batalha e na luta diplomática. É uma vitória de toda a África. Cabe agora à Comunidade Internacional exercer pressão sobre o Reino de Marrocos para que este aceite sentar-se à mesa das negociações com a Frente POLISARIO, para encontrar as formas de pôr termo ao conflito que ameaça a paz no Magrebe.

Os recentes acontecimentos no Chade acalantam em nós a esperança de que finalmente se poderá atingir a paz tão aspirada pelo Povo chadiano, capaz de assegurar o seu desenvolvimento económico, político e social.

As iniciativas que estão sendo empreendidas na sequência das decisões da Organização da Unidade Africana, são importante base para a reconciliação do Povo chadiano e para afastar o espectro da intervenção estrangeira.

No quadro da busca da solução urgente de conflitos que assolam os continentes, é nossa convicção que é dever de toda a Comunidade Internacional debruçar-se seriamente sobre o drama que vive o Povo de Timor-Leste. É necessário que Portugal, como potência colonizadora, desenvolva um trabalho coerente para obrigar as forças expansionistas indonésias a abandonar o território ilegalmente ocupado e a encetar negociações com a FRETILIN, único e legítimo representante do Povo de Timor-Leste.

Reiteramos ainda o nosso apoio à luta do Povo palestino, dirigido pela OLP, seu legítimo representante, pelo estabelecimento de um Estado palestino livre, independente e soberano a que tem direito.

Na América Latina preocupa-nos a crescente escalada de confrontação, actos de desestabilização e agressão,

china, que legitimamente preocupam os povos amantes da paz.

Animamo-nos os progressos que se verificam nas relações entre a União Soviética e a China, dois países socialistas nossos aliados, apesar de os termos conscientes que um longo caminho há ainda a percorrer.

Senhores membros do Corpo Diplomático,

No âmbito da materialização da nossa política externa, o Ano de 1984 foi marcado por intenso trabalho diplomático aos níveis bilateral e multilateral que culminou com visitas ao mais alto nível a diversos países socialistas da Ásia, África e à Europa socialista. Da mesma forma fomos honrados por visitas de Estado ao nosso País. Estas visitas reflectem a vontade firme do reforço da amizade, da

Merece referência particular a nossa participação activa na 20.ª Cimeira da Organização da Unidade Africana, na Conferência da Internacional Socialista com os Países da Linha da Frente e nas diferentes reuniões da Linha da Frente onde discussões francas e abertas foram uma ocasião de nos debruçarmos em conjunto sobre os principais problemas que afectam a África e, em particular, a nossa região.

Reiteramos a necessidade da implementação das importantes decisões tomadas pela OUA sobre a luta contra a seca, pelo desenvolvimento económico de África. Sublinhamos, em particular, a declaração sobre a África Austral que analisa e perspectiva a libertação dos povos da nossa região. O nosso País acolheu a Cimeira Extraordinária dos Cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Eles reuniram-se para, no quadro do tradi-